

UMA REVISÃO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE CONVERGÊNCIA CONTÁBIL EM PERIÓDICOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2000 A 2019

ISA CAROLINA SANTOS RODRIGUES DA COSTA

Universidade de Brasília

JOMAR MIRANDA RODRIGUES

Universidade de Brasília

JORGE KATSUMI NIYAMA

Universidade de Brasília

Resumo

A fim de avaliar as possíveis linhas de estudo já executadas nacionalmente sobre Contabilidade Internacional, para subsidiar novas pesquisas sobre o assunto e gerar mais evidências sobre conformidade com as normas internacionais, este artigo tem por objetivo identificar e analisar as publicações nacionais sobre convergência contábil em periódicos brasileiros entre 2000 a 2019. Através de pesquisa descritiva e bibliográfica, foi utilizado método de bibliometria para classificar e apresentar detalhes coletados de 305 artigos em periódicos A2, B1 e B2 do Qualis CAPES. Os resultados mostram a Revista Universo Contábil, a Revista Contabilidade & Finanças e a Pensar Contábil foram as que mais publicaram conteúdo, onde as pesquisas sobre convergência contábil aumentaram a partir de 2007, com ápice em 2013 e 2014 e estabilização até 2018. Artigos feitos em parceria, com dois a quatro autores, são os mais numerosos, onde Niyama é o pesquisador em maior evidência. Os temas mais publicados relacionados a convergência contábil abordam sobre mercado de capitais e/ou de crédito, qualidade da informação, comparabilidade de padrões contábeis, percepção dos profissionais envolvidos e produção científica. Por fim, foi notado também que 50% dos estudos analisados foram publicados em periódicos A2, 21% em periódicos B1 e 29% em periódicos B2.

Palavras-chave: contabilidade internacional; convergência contábil; IFRS; Lei 11.638/07; bibliometria.

1. Introdução

A contabilidade, por se tratar de uma ciência social, tem recebido influências históricas, culturais e políticas do país que está inserida, de forma que estas variáveis direcionam seus procedimentos contábeis, fazendo-os distintos de um local para outro. Há países, como o Brasil, onde as regras visam atender o governo e suas demandas legais; enquanto outros, como os Estados Unidos, baseiam seus processos através do consenso de órgãos profissionais de classe, procurando mostrar transparência à todas as partes interessadas (NIYAMA; SILVA, 2013, p. 34).

Com a finalidade de estruturar o processo de convergência dos procedimentos contábeis, a lei nº 11.638, promulgada no final de 2007, alterou o que estava estabelecido na lei nº 6.404/76. Esta lei foi responsável por estipular normas contábeis em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), e estipulou que as companhias de capital aberto divulgassem suas demonstrações contábeis de acordo com os padrões impostos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) até adquirirem conformidade integral pela lei nº 11.941/2009 (BEUREN ET AL, 2014).

Porém, diante deste cenário recente de padronização contábil no Brasil, Santos, Ponte e Mapurunga (2014, p. 174) perceberam que, ao analisar 366 empresas nacionais não financeiras listadas na BM&FBovespa, o índice de conformidade com às IFRS resultou entre 16% a 34% em seu primeiro ano de adoção às normas. Além do *enforcement* institucional no Brasil ser menor do que em países anglo-americanos, os autores apontam que um dos possíveis motivos para este resultado é a tradição *common law* das IFRS que difere do *code law* adotado pela contabilidade brasileira.

As organizações brasileiras também já passaram por outras dificuldades ao terem que se adaptar aos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (*Generally Accepted Accounting Principles* - U.S. GAAP) se quisessem captar recursos em solo estadunidense. Antes da *Securities and Exchange Commission* (SEC) aceitar a apresentação das demonstrações financeiras em IFRS em 2008, as empresas realizavam lançamentos de *American Depositary Receipts* (ADRs) na *New York Stock Exchange* (NYSE) de acordo com a padronização de demonstrações contábeis imposta pelos U.S. GAAP, o que gerava assimetria de informação em comparação com as normas brasileiras de contabilidade (KLANN; BEUREN; HEIN, 2009, p. 155).

Levando em consideração a diversidade de conteúdo científico sobre a adoção controversa às IFRS por parte das entidades jurídicas brasileiras e as diferenças quanto aos U.S. GAAP no processo de padronização, estes fatos originam o seguinte problema de pesquisa: como está a evolução dos estudos realizados sobre convergência contábil internacional no Brasil durante as últimas décadas?

Este trabalho teve por objetivo identificar e analisar as publicações nacionais sobre convergência contábil em periódicos brasileiros entre 2000 a 2019. Especificamente, foi verificada a produção científica através da evolução anual, da categoria temática, da qualidade dada pela Qualis CAPES, dos periódicos mais produtivos, do perfil de autoria e de autores. Utilizando o método bibliométrico para classificar os artigos coletados, este estudo se caracteriza como pesquisa descritiva e bibliográfica ao apresentar detalhadamente todos os artigos encontrados sobre o assunto em periódicos no Brasil (GIL, 2008).

O levantamento do histórico de estudos sobre convergência contábil é relevante ao meio acadêmico porque, além de elucidar as possíveis linhas de estudo já executadas nacionalmente sobre Contabilidade Internacional e influenciar no surgimento de novas pesquisas sobre o assunto, é necessário que hajam mais evidências científicas para o mercado brasileiro quanto à comparabilidade de informações para atender o interesse dos acionistas, pois atender tal

demanda através da adoção de normas internacionais é tão relevante quanto cumprir as imposições governamentais (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2012; FIGLIOLI; LEMES; LIMA, 2017). São Paulo, 29 to 31 July 2020

2. Referencial teórico

2.1 Contextualização

A importância da contabilidade internacional deu início após a quebra da bolsa de 1929, quando os Estados Unidos perceberam que o motivo da crise que enfrentavam estava na relação entre a divulgação das contas das empresas e a percepção do acionista sobre elas. Então, realizaram um estatuto legal que regularizasse tal relação; criaram uma agência reguladora, a *Securities and Exchange Commission* (SEC), equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil; e fundaram o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) em 1973, entidade privada que define os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP) (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2012; NIYAMA, 2010).

Já o desenvolvimento contábil brasileiro iniciou-se nos anos 70, que estava sob efeito de crise particular no mercado de capitais na época. A CVM foi criada com base na SEC americana e a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) foi promulgada, trazendo normas sobre a criação de registros para fins societários e escrituração mercantil (CARVALHO, LEMES, COSTA, 2012; NIYAMA; SILVA, 2013).

Figlioli, Lemes e Lima (2017) e Niyama e Silva (2013) afirmam que tais fatos reforçam o tradicional caráter legalista do modelo *code law* da contabilidade brasileira, onde o país é influenciado pelo direito romano, com a normatização contábil baseada em regras e que se estabelece por meio da regulamentação vinculada à órgãos governamentais, com baixa influência de institutos privados e representativos da profissão para estabelecer procedimentos contábeis, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Devido a contabilidade representar a linguagem comum do meio corporativo que fornece informações sobre a performance empresarial e avaliação de risco do investimento, é preciso salientar que esta linguagem não é homogênea para fins internacionais. Isso ocorre “porque cada país tem critérios próprios para reconhecer e mensurar cada transação. A busca de critérios consentâneos é o processo de harmonização contábil internacional, visando proporcionar uma compreensão dessa linguagem e a sua comparabilidade” (NIYAMA, 2010, p. 15).

Ainda para Niyama (2010), a contabilidade se divide em dois grupos: o modelo Anglo-Saxão, com países que possuem atuação profissional contábil fortemente atuante, mercado de capitais sólido, com pouca interferência governamental nas práticas contábeis e as demonstrações financeiras visam atender os acionistas; e o modelo Continental, com países onde a profissão contábil é pouco atuante, com forte interferência do governo na definição de práticas contábeis (especialmente fiscal), onde as demonstrações financeiras visam atender credores e governos (e não o investidor), além da captação de recursos ser maior em instituições financeiras do que através do mercado de capitais.

Diante da necessidade de diminuir a discrepância entre padrões contábeis de cada país e das informações contidas nas demonstrações financeiras, o *International Accounting Standards Committee* (IASC) foi fundado em 1973 e sucedido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) a partir de 2001. O IASB não está sob qualquer influência de jurisdição local e possui normas orientadas para a perspectiva internacional, denominadas *International Accounting Standards* (IAS) e *International Financial Reporting Standards*

(IFRS) (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2012; NIYAMA; SILVA, 2013; KLANN; BEUREN, 2015). São Paulo, 29 a 31 July 2020

Então, em 2005, empresas da União Européia adotaram compulsoriamente as IFRS e o Brasil deu seus primeiros passos em direção à internacionalização contábil ao criar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), instituição que emite pronunciamentos relacionados aos procedimentos contábeis de acordo com o IASB, com critérios compatíveis com os padrões internacionais (PIRES; DECOURT, 2015; CUNHA ET AL, 2013; OLIVEIRA; LEMES, 2011).

Diante da inevitabilidade de adaptação às normas do IASB e a influência legal sobre os procedimentos contábeis, o Brasil alterou a antiga Lei das S.A. nº 6.404/76 ao emitir a Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com disposições referentes à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras de empresas brasileiras conforme as IFRS (SANTOS; CALIXTO, 2010). Visto que a globalização demanda que as empresas adotem um padrão de alta qualidade (KIELSO; WEYGANDT; WARFIELD, 2014), as mudanças emitidas pelo CPC e pelo IASB geraram novas formas de reconhecer, mensurar e evidenciar os componentes do balanço patrimonial, levando à necessidade da convergência contábil internacional.

2.2 Convergência contábil internacional

Diversos estudos sobre a convergência contábil possuem caráter comparativo sobre as normas de cada país, como o fator histórico do local, que analisa o “desenvolvimento da teoria contábil, da profissão contábil, do mercado de capitais, bem como da educação contábil” (RODRIGUES, 2012, p. 32). Como cada nação possui suas influências e culturas particulares, a convergência estabelece uma direção comum a um conjunto de padrões contábeis globais entre os países do mundo (WEFFORT, 2005).

Carvalho, Lemes e Costa (2012) enfatizam que relevância da convergência internacional se dá através do rompimento da crença que a normatização contábil é tarefa exclusiva do governo e desconsiderar as ponderações que os profissionais de finanças e contabilidade e demais partes interessadas têm a fazer; como também a refutar o paradigma de que o balanço patrimonial deve ser feito apenas e primordialmente para atender as necessidades do Fisco e nada mais. Evidentemente, a gestão tributária merece sua devida atenção nas atividades empresariais, porém não se deve confundir o balanço societário para o mercado de capitais com o balanço fiscal para o agente tributário¹.

Ao adotar os IFRS, a qualidade dos relatórios financeiros e das informações contábeis tendem a melhorar. Segundo Sousa, Sousa e Demonier (2016), há estudos que evidenciam que a adoção às normas internacionais prioriza a essência sobre a forma, o que proporciona um lucro contábil mais favorável em comparação aos países de *code law*; e aumentam a liquidez de mercado e do valor das empresas, bem como da queda do custo de capital às entidades.

Porém, Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011) exaltam que a inserção das normas internacionais sem pensar nos aspectos culturais e institucionais dos países não significam a adoção por completo. Deve-se observar que, no caso do Brasil, o local é baseado em normas, tradicionalmente *code law*, enquanto as normas da IFRS são essencialmente baseadas em princípios, caracterizando *common law*. Ou seja, é preciso que o perfil dos profissionais brasileiros também se adapte à natureza das normas e não somente incorporá-las ao uso contábil nacional (SANTOS; CALIXTO, 2010).

2.2.1 Pesquisas sobre convergência contábil internacional

De acordo com Da Silva et al (2010), Pires e Decourt (2015) e Santos e Calixto (2010), a Lei nº 11.638, promulgada em 2007, possibilitou a transição da convergência no Brasil em

duas partes: uma primeira fase de adoção parcial, quando a CVM flexibilizou sua conduta em 2008, de forma que a convergência normativa, informada pelos CPCs 1 a 14, ocorreria gradualmente e haveria um período de adaptação devido à complexidade destas mudanças; e uma segunda fase de adoção definitiva, quando a convergência integral à IFRS ocorreria em 2010 por meio da Lei nº 11.941, divulgada em 2009.

Segundo os resultados das pesquisas de Oliveira e Lemes (2011) e de Santos e Calixto (2010), é possível perceber que, no primeiro, houve um aumento da divulgação e convergência de empresas brasileiras aderindo aos procedimentos contábeis de US GAAP e IFRS após 2010; enquanto, no segundo, a fase de transição mostrou baixo cumprimento dos requisitos da lei e maior diversidade quanto às formas de aplicação das novas normas após o período de adaptação após 2008.

Ikuno et al (2012, p. 153) identificaram que, entre os 75 artigos internacionais publicados entre 2000 a 2009 sobre convergência, o tema “diferenças internacionais e implicações no *financial reporting*” foi o que mais se destacou por corresponder a 42% de sua amostra, seguido pelo “impacto da adoção das IAS/IFRS” e “mensuração da convergência”, no qual cada um equivale a 13% dos artigos em análise.

Os estudos de Gordon (2019) verificam quais as possibilidades de estudos internacionais relacionados à adoção da IFRS e US GAAP, como pesquisas informativas aos normatizadores sobre a finalidade das IFRS em um contexto local e internacional; a natureza baseada em princípios das IFRS; as diferenças entre as normas das IFRS e os US GAAP; e o papel dos profissionais da contabilidade no desenvolvimento econômico.

Os estudos relacionados à convergência referem-se ao impacto das divergências nas práticas contábeis internacionais em empresas listadas na Bolsa de Valores sobre indicadores financeiros, lucro líquido e demais contas do balanço patrimonial (BEUREN ET AL, 2014; SOUZA; LEMES, 2016); à comparação entre normas internacionais, americanas e brasileiras (OLIVEIRA; LEMES, 2011; CORRÊA, SZUSTER, 2013); e às consequências ocorridas após a promulgação da Lei 11.638/07 (SANTOS; CALIXTO, 2010; CUNHA ET AL, 2013).

As pesquisas sobre o assunto também abrangem algumas das dimensões da qualidade da informação mencionadas por Rodrigues (2012, p. 39), como a persistência, nos trabalhos de Kolozsvari e Macedo (2018) e Silva et al (2017); o conservadorismo, nos artigos de Sousa et al (2018) e Santana e Klann (2016); o gerenciamento de resultados, nos estudos de Silva e Fonseca (2015) e Cavalier-Rosa e Tiras (2013); e a relevância da informação contábil – *value relevance*, nas pesquisas de Bruzoni Júnior et al (2017) e Dos Santos, Starosky Filho e Klann (2014).

2.3 Bibliometria

Em 1969, Alan Pritchard conceituou bibliometria como um método estatístico utilizado em estudos que visam a quantificação do processo de escrita e outras formas de comunicação, especialmente no meio da ciência da informação (MATOS ET AL, 2012). Porém, já houve artigos científicos de contabilidade publicados que utilizaram desta mesma metodologia na área contábil (CARDOSO ET AL, 2005; MENDONÇA NETO, RICCIO, SAKATA, 2009).

Para estudos de contabilidade, que envolvem análises por meio de contagem das produções, dos autores e das palavras, a bibliometria possui caráter descritivo e divide-se em: Lei de Lotka, que estabelece parâmetros sobre estudos científicos referentes a algum tema ou evento específico; Lei de Bradford, que visa mensurar a produtividade de periódicos perante algum tema; e Lei de Zipf, que quantifica a repetição de determinadas palavras em textos, a fim de descobrir a relevância daquela palavra perante o assunto no campo científico. (ARAÚJO; SILVA, 2010).

Conforme Peleias et al (2013) e Matos et al (2012), a Lei de Lotka é a predominante no Brasil, no qual estes estudos iniciaram-se a partir de 2005 em território nacional, enquanto

pesquisas internacionais possuem extensão desde 1980. Este lapso de tempo pode ter como causa a “adoção do atual paradigma da pesquisa contábil positiva a partir dos anos 2000; a valorização pela CAPES da publicação em periódicos é um fato recente; a disseminação do uso de variadas técnicas de pesquisa” (PELEIAS ET AL, 2013, p. 36).

2.3.1 Pesquisas bibliométricas sobre publicações em periódicos

Quanto às pesquisas bibliométricas sobre publicações em periódicos, existe certa variedade de estudos direcionados à Contabilidade. É possível constatar pesquisas sobre contabilidade geral e outras áreas como Auditoria, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Societária e análises de periódicos nacionais e internacionais em periódicos específicos.

Cardoso et al (2005) e Ribeiro (2016) analisaram artigos publicados em periódicos nacionais e ambos estudos indicaram que São Paulo é o local com maior número de publicações. O artigo de Cardoso et al (2005) constatou que, entre 1990 a 2003, os trabalhos nacionais de contabilidade constituíam apenas 2,95% do total de artigos publicados, quantidade inferior comparada ao volume de trabalhos internacionais. O artigo de Ribeiro (2016) indica que os temas mais publicados relacionados à lei nº 11.638/07 durante 2008 a 2014 sobre ativos intangíveis, convergência contábil, *impairment*, demonstrações contábeis e informação contábil.

Ribeiro (2014) investigou o perfil das pesquisas sobre contabilidade internacional em periódicos brasileiros entre 1999 a 2013. O autor percebeu que a quantidade de artigos aumentou a partir de 2007, publicados em parcerias predominantes de dois e três autores, no qual a Universidade de São Paulo (USP) é a instituição que mais publica sobre este conteúdo. Seus resultados indicam que os temas mais evidenciados são sobre evidenciação das informações, harmonização contábil, *disclosure* e US GAAP.

Matos e Murcia (2019) analisaram pesquisas nacionais e internacionais sobre arrendamento mercantil entre 2000 a 2018 e notaram que os temas mais publicados são sobre as decisões e ações da administração, a avaliação de riscos baseada nas demonstrações financeiras e a normatização do arrendamento.

Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009) e Peleias et al (2013) analisaram publicações de congressos na área de contabilidade e perceberam que autores do sexo masculino predominam. O artigo de Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009) averiguou que a abordagem positiva é mais numerosa que a normativa nos EnANPADs de 1996 a 2005. O trabalho de Peleias et al (2013) observou que não há uma elite de pesquisadores estudando sobre Controle Interno e Gestão de Riscos nos artigos do Congresso USP e do EnANPAD durante 2001 a 2011.

Calixto (2010), Coelho, Niyama e Rodrigues (2011), Ikuno et al (2012) e Lourenço e Branco (2015) focaram em artigos internacionais relacionados à adoção das IFRS. Calixto (2010) notou que os temas mais comuns na Europa relatam sobre comparabilidade entre IFRS e GAAPs locais e os impactos econômicos e financeiros nas empresas. Coelho, Niyama e Rodrigues perceberam que os estudos utilizam da transparência para medir a qualidade da informação ao abordar o impacto das IFRS. Ikuno et al (2012) identificaram que o principal tema abordado é sobre as diferenças internacionais no *financial reporting*. Lourenço e Branco (2015) perceberam que a adoção impacta positivamente na qualidade da informação e no mercado de capitais.

Dentre as pesquisas averiguadas acima, os artigos mais parecidos com este estudo são os de Calixto (2010), Ribeiro (2014) e Lourenço e Branco (2015) devido à similaridade do tema e metodologia. Esta pesquisa se diferencia das anteriores por averiguar somente periódicos nacionais sobre convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, além de possuir um período de tempo de análise maior que os demais.

3. Procedimentos metodológicos

Visto que este trabalho tem por finalidade investigar a evolução dos estudos realizados sobre convergência contábil internacional em periódicos nacionais entre os anos 2000 a 2019, a técnica de análise bibliométrica deste estudo foi realizada de forma similar a que Ikuno et al (2012), Matos e Murcia (2019) e Coelho, Niyama e Rodrigues (2012, p. 13) fizeram, baseando-se no levantamento dos periódicos sobre o tema para “selecionar as palavras-chaves que serão usadas para encontrar os artigos de interesse nos periódicos, e por fim, fazer a seleção e classificação dos artigos de interesse em um banco de dados” através da leitura dos resumos.

Diante do exposto, esta pesquisa tem caráter descritivo e bibliográfico, pois ela visa descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis através de materiais já elaborados, no qual é possível cobrir uma gama de fenômenos mais ampla onde a pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2008).

Primeiramente, foram definidos os meios de pesquisa utilizados para busca dos artigos a serem analisados de acordo com o estabelecido pelo problema de estudo. A coleta de dados foi feita através do repositório de artigos científicos SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*) e dos endereços eletrônicos de cada revista nacional classificada como A1, A2, B1 e B2 pela Qualis CAPES, por meio de palavras-chave, em português.

As palavras pesquisadas na plataforma citada foram: “contabilidade internacional”, “convergência contábil”, “convergência”, “IFRS”, “IAS”, “US GAAP”, “BR GAAP”, “comparabilidade”, “comparabilidade contabilidade”, “convergência CPC”, “Lei 6.404” e “Lei 11.638”. Tais palavras foram usadas devido às IFRS, os US GAAP, os BR GAAP, as leis 6.404 e 11.638 e os pronunciamentos do CPC possuírem impacto direto na convergência contábil nacional ao longo do período pesquisado. A comparabilidade também foi pesquisada porque Calixto (2010) encontrou diversos artigos referentes à comparabilidade dos padrões contábeis das IFRS com os princípios contábeis geralmente aceitos de determinado país.

Após as palavras-chave serem pesquisadas, a busca resultou em 29 revistas brasileiras classificadas como A2, B1 e B2 pela Qualis CAPES, das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (quadriênio 2013-2016) até setembro de 2019, como é possível verificar na tabela 1.

Tabela 1 - Classificação dos periódicos (quadriênio 2013-2016)

Periódico	Classificação
Advances in Scientific and Applied Accounting	A2
Brazilian Business Review	A2
Contabilidade Vista & Revista	A2
RAC - Revista de Administração Contemporânea	A2
RAE - Revista de Administração de Empresas	A2
RAE Eletrônica	A2
RAP - Revista de Administração Pública	A2
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	A2
Revista Contabilidade & Finanças	A2
Revista Contemporânea de Contabilidade	A2
Revista de Contabilidade e Organizações	A2

	São Paulo, 29 to 31 July 2020
Revista Universo Contábil	A2
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	B1
Contabilidade, Gestão e Governança	B1
Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	B1
Enfoque: Reflexão Contábil	B1
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
Revista Brasileira de Finanças	B1
GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	B2
Gestão & Regionalidade	B2
Organizações em Contexto	B2
Pensar Contábil	B2
REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade	B2
Revista Alcance	B2
Revista Catarinense de Ciência Contábil	B2
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B2
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2
Revista Economia & Gestão	B2
Sociedade, Contabilidade e Gestão	B2

Fonte: CAPES (2019)

Feita a seleção de periódicos, os artigos foram selecionados através de seus títulos e seus respectivos resumos, a fim de discernir quais artigos atendiam o objetivo desse trabalho. Após filtragem e devida análise, foram selecionadas 305 publicações científicas nos periódicos acima. Para confirmar o uso das palavras-chave do trabalho e expandir o repertório de palavras para fins de seleção inicial de artigos, a figura 1 mostra uma nuvem de palavras baseada nos títulos dos artigos coletados.

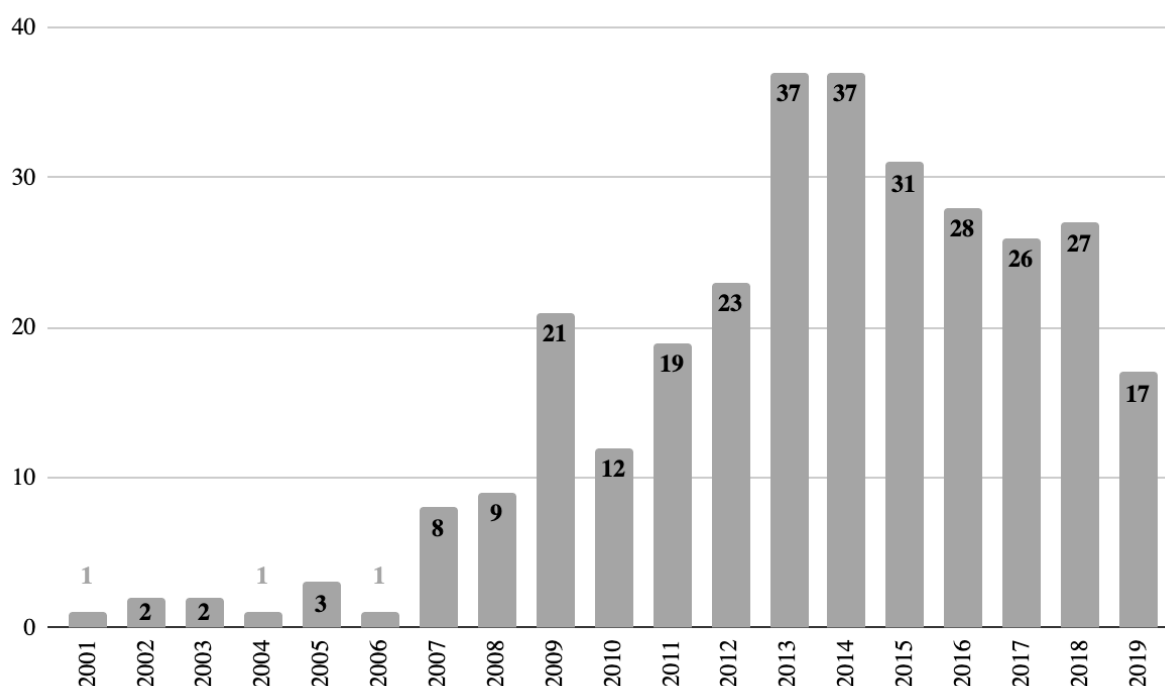


Figura 2 Quantidade de publicações nacionais anuais

Fonte: elaboração própria

Quanto à evolução anual de artigos científicos publicados a partir de 2000 a 2019, a figura 2 mostra que houve progressão na quantidade de estudos sobre convergência contábil internacional a partir de 2007, que coincide com a adoção das IFRS na Europa em 2006 e com a época da promulgação da Lei nº 11.638/07 no Brasil. A queda ocorrida em 2019 se deve a esse ano ter sido analisado até o mês de novembro.

Diante desta análise, percebe-se que a produção cresce consideravelmente a partir de 2009. Apesar da queda em 2010, os números aumentam progressivamente em 2011, o que corrobora o levantamento que Ribeiro (2014) realizou em sua pesquisa sobre contabilidade internacional em periódicos nacionais. É preciso salientar o pico de publicações em 2013 e 2014, no qual a pesquisa do autor não incluiu devido ao período analisado limitar-se até 2013.

Coelho, Niyama e Rodrigues (2011) obtiveram um padrão similar ao analisar periódicos internacionais até 2010, no qual perceberam que o material publicado dá um salto nos anos 2008 e 2009, mas cai consideravelmente em 2010. Já Lourenço e Branco (2015) finalizaram com uma quantidade crescente de artigos desde 2008 até 2013 em periódicos internacionais.

É necessário ressaltar que o pico de publicações de 2009 ocorre exatamente após um ano da adoção facultativa das normas internacionais de contabilidade que a Lei 11.638/07 acarretou ao território brasileiro. As pesquisas voltam a crescer em 2011, depois da adoção obrigatória imposta pela Lei nº 11.941/09 a partir de 2010.

4.2 Evolução por categoria da produção científica

A tabela 2 apresenta a quantidade de publicações nacionais referentes à convergência contábil internacional de acordo com as classificações temáticas entre o período de 2000 a 2019, no qual o tema foi subdividido em dez categorias para os artigos encontrados em periódicos altamente qualificados.

Tabela 2 - Quantidade de publicações nacionais por tema

São Paulo, 29 to 31 July 2020

Classificação do tema	Quantidade de publicações	%
Mercado de capitais e/ou de crédito	116	38%
Qualidade da informação	70	23%
Comparabilidade de padrões contábeis	35	11%
Percepção de profissionais envolvidos	21	7%
Produção científica	18	6%
Ambiente acadêmico	11	4%
Auditoria e controladoria	7	2%
Previsão dos analistas profissionais	4	1%
Custo de capital	3	1%
Outros	20	7%
TOTAL	305	100%

Fonte: elaboração própria

Quanto à evolução das categorias dos artigos científicos publicados a partir de 2000 a 2019, a tabela 2 mostra a elevação quantitativa de pesquisas voltadas para o mercado de capitais e/ou de crédito, compostas por 116 artigos, e para a qualidade da informação contábil, compostas por 70 artigos, compondo 61% do total da amostra.

A categoria “mercado de capitais e/ou de crédito” constitui-se de 116 artigos coletados que analisam o impacto antes e após a adoção das normas internacionais em empresas de capital aberto no Brasil e em outros países sobre:

- a conformidade com o CPC e IFRS referentes à evidenciação, à mensuração e ao reconhecimento de contas patrimoniais do ativo (imobilizado, investimentos, ativo intangível, ativo biológico, instrumentos financeiros, ativo diferido, provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação acumulada), do passivo (contingências e provisões ambientais), do patrimônio líquido e de contas de resultado (receita, lucro operacional e lucro líquido);
- a conformidade com o CPC e IFRS referentes à divulgação de demonstrações contábeis, como demonstração do fluxo de caixa (DFC), demonstração do valor adicionado (DVA), demonstração de resultado abrangente (DRA), demonstrações consolidadas em geral, e notas explicativas;
- os indicadores financeiros, como o retorno sobre ativos, o valor de mercado, o grau de endividamento, o grau de rentabilidade, o grau de liquidez e o grau de atividade;
- as reações do mercado acionário diante da sincronicidade das ações, da adoção às normas do CPC e IFRS e dos pareceres de auditoria.

A categoria “qualidade da informação” constitui-se de 70 artigos coletados que analisam o impacto da adoção das normas sobre governança corporativa, conservadorismo, transparência, comparabilidade, relevância (*value relevance*), persistência, suavização e gerenciamento de resultados. Algumas publicações estudam o efeito de apenas uma das *proxies* mencionadas, enquanto outras relacionam duas *proxies* ou mais.

A categoria “comparabilidade de padrões contábeis” constitui-se de 35 artigos coletados, no qual o primeiro terço deles foi publicado antes da primeira fase de convergência no Brasil em 2008, e somente comparou as normas do IASB com as normas brasileiras,

americanas e europeias; o segundo terço, entre 2008 e 2010, durante a fase de convergência facultativa, comparou o desempenho econômico-financeiro das empresas de acordo com o padrão IFRS, BR GAAP e US GAAP; e o último terço, após 2010, depois da fase de convergência obrigatória, verificou a adoção integral aos pronunciamentos IFRS e CPC no Brasil e constatou divergências na conformidade das empresas perante as normas.

A categoria “percepção de profissionais envolvidos” constitui-se de 21 artigos coletados que relatam sobre a opinião das pessoas que trabalham no ramo quanto à influência das normas contábeis internacionais no segmento em que atuam, nos aspectos internos da empresa que trabalham, na aderência e efetividade dos pronunciamentos do CPC, na controladoria e na aproximação da contabilidade gerencial e financeira.

A categoria “produção científica” constitui-se de 18 artigos coletados que narram a história das leis referentes ao mercado de ações antes da adoção das normas contábeis internacionais; estudos bibliométricos relacionados à avanços e oportunidades de estudo em contabilidade internacional e harmonização contábil, qualidade da informação e regulamentação de instrumentos financeiros.

A categoria “ambiente acadêmico” constitui-se de 11 artigos coletados que mostram a perspectiva de discentes sobre relatório financeiro; a perspectiva e o nível de conhecimento de docentes perante o processo de convergência contábil internacional na teoria da contabilidade, na contabilidade gerencial, no CPC e no patrimônio líquido; e a inclusão da contabilidade internacional na grade obrigatória de universidades de capitais brasileiras.

A categoria “auditoria e controladoria” constitui-se de 7 artigos coletados que revelam estudos sobre o posicionamento do parecer de auditoria perante às normas de *impairment* e ajuste a valor presente conforme as normas do CPC; e estudos sobre o impacto da adoção às IFRS na controladoria e seus sistemas internos de controle gerencial, na divulgação de informações por segmento e na aproximação da contabilidade gerencial e financeira.

A categoria “previsão dos analistas profissionais” constitui-se de 4 artigos coletados que verificaram se a convergência às normas aprimorou a capacidade e acurácia da previsão dos analistas no mercado. Dessa amostra, somente uma publicação obteve resultados positivos diante da correlação desses fatores.

A categoria “custo de capital” constitui-se de 3 artigos coletados que abordam sobre a diminuição do custo de capital para empresas de pequeno, médio e grande porte após a adoção das IFRS. Todos os estudos demonstraram que a aderência às normas internacionais não reduziu o custo de capital próprio para os empreendimentos do mercado.

A categoria “outros” constitui-se de 20 artigos coletados que abordam sobre o processo normativo do IASB e CPC, a partir de relatórios de audiência e *comment letters*; a demanda de profissionais habilitados em contabilidade internacional; a relação entre contabilidade criativa e contabilidade internacionais; as diferenças culturais e econômicas na adoção das IFRS; e o impacto das IFRS em empreendimentos de pequeno porte.

Lourenço e Branco (2015) também encontraram mais da metade de sua amostra referentes à qualidade da informação e mercado de capitais e/ou de crédito e pouco material sobre custo de capital próprio e previsão dos analistas. Porém, os autores encontraram pouco conteúdo sobre comparabilidade, o que diverge dos resultados deste estudo.

Ribeiro (2014) também identificou diversos estudos sobre evidenciação contábil, harmonização, convergência, ativos biológicos e ativos financeiros. Porém, a quantidade coletada pelo autor sobre a produção científica na área, indicadores financeiros e qualidade da informação (gerenciamento de resultados e conservadorismo) correspondem apenas a 10% do total de artigos analisados, o que difere da quantidade elevada encontrada neste trabalho.

Já Calixto (2010) verificou que diversos pesquisadores se dedicaram a estudos de qualidade da informação, comparabilidade entre o padrão IFRS e o padrão local e os impactos econômicos nas empresas. Segundo a autora, há tendência crescente na quantidade de trabalhos

sobre o custo de capital próprio, a opinião dos profissionais da área e o impacto no mercado financeiro. Os resultados deste estudo mostram que, no Brasil, os artigos relacionados ao custo de capital vinculados à convergência internacional continuam escassos em comparação à Europa, como demonstra o estudo da autora.

4.3 Evolução da qualidade da produção científica

A tabela 3 apresenta a quantidade de publicações nacionais referentes à convergência contábil internacional de acordo com a qualificação estabelecida pela Qualis CAPES no quadriênio 2013-2016, entre o período de 2000 a 2019, no qual as publicações da amostra constituem-se de revistas A2, B1 e B2.

Tabela 3 - Quantidade de publicações nacionais por qualidade Qualis

Qualis CAPES	Quantidade de publicações	%
A2	152	50%
B1	63	21%
B2	90	29%
TOTAL	305	100%

Fonte: elaboração própria

Quanto à evolução da qualidade Qualis CAPES dos artigos científicos publicados, a tabela 3 revela que as publicações de periódicos A2, referente às áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, constituem metade da amostra analisada, enquanto os periódicos B1 e B2 correspondem a 21% e 29%, respectivamente.

A própria Qualis afirma que revistas designadas como A1, A2, B1 e B2 são as que possuem maior fator de impacto em sua área de atuação. Por isso, apesar dos dados revelarem que periódicos classificados como A1 não foram encontrados na área de Ciências Contábeis, tal evidência não anula a qualidade das publicações coletadas ao verificar que os maiores produtores de conteúdo científico são enquadrados como A2.

Ribeiro (2014) analisou o perfil das publicações por instituição de ensino superior e constatou que a Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) são as universidades mais produtivas em relação ao conteúdo científico. Tal evidência corrobora os dados encontrados por este estudo, visto que as instituições encontradas pelo autor publicam estudos em periódicos A2, B1 e B2.

4.4 Periódicos com maior produção científica

A tabela 4 apresenta a quantidade de publicações nacionais referentes à convergência contábil internacional de acordo com os periódicos que os publicaram na amostra analisada, onde as revistas qualificam-se como A2, B1 e B2, conforme a Qualis CAPES no quadriênio 2013-2016.

Tabela 4 - Quantidade de publicações nacionais por periódico

Periódico	Quantidade de publicações	%
Revista Universo Contábil	37	12%

	São Paulo, 29 to 31 July 2020	
Revista Contabilidade & Finanças	31	10%
Pensar Contábil	27	9%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	19	6%
Contabilidade Vista & Revista	19	6%
Revista Contemporânea de Contabilidade	18	6%
Revista de Contabilidade e Organizações	18	6%
Enfoque Reflexão Contábil	16	5%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)	16	5%
Contabilidade, Gestão e Governança	15	5%
Outros	89	29%
TOTAL	305	100%

Fonte: elaboração própria

Quanto aos periódicos que publicaram artigos com maior frequência entre os anos 2000 a 2019, a tabela 4 expõe que as revistas Universo Contábil, Contabilidade & Finanças e Pensar Contábil são os periódicos que mais publicam conteúdo, compondo 32% do total de artigos coletados.

A Revista Universo Contábil, qualificada como A2, é publicada pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), a Revista de Contabilidade & Finanças, qualificada como A2, é publicada pela Universidade de São Paulo (USP) e a Pensar Contábil, qualificada como B2, é publicada pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do Rio de Janeiro.

Com exceção dos periódicos Pensar Contábil, Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ e Contabilidade, Gestão e Governança, que não foram incluídos na amostra de Ribeiro (2014), o autor evidenciou em seu artigo todos os outros periódicos expostos na tabela III em seu gráfico de produtividade de revistas científicas, o que auxilia na sustentação dos resultados desta pesquisa.

4.5 Perfil de autoria

A tabela 5 apresenta a quantidade de publicações nacionais referentes à convergência contábil internacional de acordo com o perfil de autoria, no qual os artigos da amostra foram resultado do trabalho de um a cinco autores em revistas classificadas em A2, B1 e B2, de acordo com a qualificação estabelecida pela Qualis CAPES no quadriênio 2013-2016.

Tabela 5 - Quantidade de publicações nacionais por perfil de autoria

Perfil de autoria	Quantidade de publicações	%
1 autor	23	8%
2 autores	93	30%
3 autores	101	33%
4 autores	75	25%
5 autores	13	4%

Fonte: elaboração própria

Quanto ao perfil de autoria dos artigos publicados entre o período de 2000 a 2019, a tabela 5 demonstra que 63% da produção científica durante este período é fruto de estudos executados por dois e três autores, 25% por quatro autores, 8% por um autor e 4% por cinco autores.

Pode-se observar que mais de 90% da produção científica é obtida por meio de parcerias entre autores. A quantidade de artigos que possuem dois e três autores ficaram quase empatadas na amostra em questão. A tabela 6 evidencia a evolução dos estudos ao longo dos últimos 20 anos. O ano 2000 não consta na figura pois não foi encontrado nenhum artigo relacionado ao tema pesquisado neste artigo.

Tabela 6 - Evolução anual publicações nacionais classificadas por perfil de autoria

Ano	1 autor	2 autores	3 autores	4 autores	5 autores	TOTAL
2001	0	1	0	0	0	1
2002	0	2	0	0	0	2
2003	1	1	0	0	0	2
2004	0	1	0	0	0	1
2005	0	2	1	0	0	3
2006	0	0	1	0	0	1
2007	0	3	4	1	0	8
2008	2	2	2	3	0	9
2009	2	8	7	3	1	21
2010	2	3	2	3	2	12
2011	2	2	3	12	0	19
2012	1	3	9	8	2	23
2013	3	11	10	11	2	37
2014	3	12	14	7	1	37
2015	2	12	14	2	1	31
2016	2	8	10	7	1	28
2017	1	7	9	8	1	26
2018	0	10	9	6	2	27
2019	2	5	6	4	0	17
TOTAL	23	93	101	75	13	305

Fonte: elaboração própria

Na tabela 6, nota-se que a quantidade de artigos com dois e três autores possui quantidade ascendente desde o início do período em relação aos demais, especialmente a partir de 2007. O ápice de publicações ocorre em 2013 e 2014, marcado por 12 estudos de dois autores e 14 estudos de três autores em 2014. Os artigos com quatro autores começaram a se tornar numerosos em 2011 e 2013, enquanto os que tem um e cinco autores não passaram de três

publicações ao longo dos anos. Estes resultados também são proporcionais aos que Ribeiro (2014) encontrou em sua pesquisa, visto que o último ano de seu período de análise foi 2013.

4.6 Perfil dos autores

A tabela 7 apresenta a quantidade de publicações nacionais referentes à convergência contábil internacional de acordo com o perfil dos autores da amostra analisada, onde foram publicadas em revistas A2, B1 e B2, qualificação estabelecida pela Qualis CAPES no quadriênio 2013-2016.

Tabela 7 - Quantidade de publicações nacionais por perfil de autor

Quantidade de publicações	Autores
22	Jorge Katsumi Niyama
17	Sirlei Lemes
15	Roberto Carlos Klann
14	Marcelo Álvaro da Silva Macedo
10	Vera Maria Rodrigues Ponte
9	Adolfo Henrique Coutinho e Silva
9	Silvio Hiroshi Nakao
8	Edilene Santana Santos
7	Edilson Paulo
7	Ilse Maria Beuren
7	Jomar Miranda Rodrigues
7	José Augusto Veiga da Costa Marques
7	Natan Szuster
6	4 autores publicaram 6 artigos
5	6 autores publicaram 5 artigos
4	9 autores publicaram 4 artigos
3	30 autores publicaram 3 artigos
2	70 autores publicaram 2 artigos
1	420 autores publicaram 1 artigo

Fonte: elaboração própria

Quanto ao perfil de autores dos artigos publicados entre 2000 a 2019 na amostra coletada, a tabela 7 expõe que, dentre um total de 551 autores, a pessoa que mais publicou conteúdo sobre o assunto é Jorge Katsumi Niyama, com um total de 22 publicações de sua autoria.

Após os dois primeiros nomes, os pesquisadores ressaltados são: Sirlei Lemes, com 17 artigos; Roberto Carlos Klann, com 15 artigos; Marcelo Álvaro da Silva Macedo, com 14 artigos; Vera Maria Rodrigues Ponte, com 10 artigos; Adolfo Henrique Coutinho e Silva e Silvio Hiroshi Nakao, com 9 artigos; Edilene Santana Santos, com 8 artigos; Edilson, Paulo,

Ilse Maria Beuren, Jomar Miranda Rodrigues, José Augusto Veiga da Costa Marques e Natán Szuster, com 7 artigos.

Quantos aos demais, 4 autores publicaram 6 artigos, 6 autores publicaram 5 artigos, 9 autores publicaram 4 artigos, 30 autores publicaram 3 artigos, 70 autores publicaram 2 artigos e 420 autores publicaram um artigo. Estes resultados estão em conformidade com a Lei de Lotka, afirmando que a produtividade dos autores em algum campo específico de conhecimento é dada por poucos autores que publicam muito conteúdo e muitos autores que publicam pouco.

5. Considerações Finais

Este trabalho realizou o levantamento de artigos publicados em periódicos brasileiros, relacionados a convergência contábil durante os anos 2000 a 2019. Para concretizar este objetivo, foi realizada uma análise bibliométrica em 298 artigos coletados em 29 periódicos classificados com notas A1, A2, B1 e B2 pela Qualis CAPES, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (quadriênio 2013-2016).

O presente artigo visou contribuir ao fornecer e aperfeiçoar informações referentes à Contabilidade Internacional, em especial sobre convergência contábil, para a academia nacional. Este estudo ajuda no crescimento e otimização do tema, bem como auxiliar na geração de evidências sobre a conformidade com as normas internacionais, que possibilitam maior comparabilidade da informação para o acionista.

Os resultados mostram que metade dos artigos são publicados por periódicos A2 e a outra metade é publicada por revistas B1 e B2, no qual a Revista Universo Contábil, a Revista Contabilidade & Finanças e a Pensar Contábil são as que mais produziram conteúdo sobre convergência contábil durante o tempo analisado. Apesar de algumas quedas quantitativas ao longo do tempo, o tema foi evoluindo com o passar dos anos e os estudos aumentaram em 2007, alcançaram seu ápice em 2013 e 2014, e permaneceram estáveis até 2018. A produtividade de 2019 caiu bruscamente devido a este ano ser analisado até novembro deste ano citado.

Foi possível notar também que os artigos feitos em parceria, com dois a quatro autores, são os mais numerosos, onde Jorge Katsumi Niyama é o pesquisador que mais publicou na área entre os 551 autores coletados, envolvido em 22 artigos. Os temas mais publicados relacionados a convergência contábil abordam sobre mercado de capitais e/ou de crédito, qualidade da informação, comparabilidade de padrões contábeis, percepção dos profissionais envolvidos e produção científica.

Dentre as limitações, este estudo coletou dados de revistas A2, B1 e B2, não considerando as demais enquadradas como B3, B4 e B5 da Qualis CAPES (quadriênio 2013-2016), e também não foi analisado o material publicado por anais de congressos. O período de tempo estipulado para análise também é um fator limitante. Sugere-se que o limite temporal seja expandido com o passar dos anos e que uma análise de conteúdo seja feita nos temas identificados nos que se evidenciaram abundantes, revelando com mais detalhes sobre os resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Avelar, E., Santos, T., Ribeiro, L. & Oliveira, C. (2012). Pesquisa em contabilidade: uma análise dos estudos empíricos publicados em periódicos em nacionais entre 2000 e 2009. **Revista Universo Contábil**, 8(3), p. 6-23.

Beuren, I. M., Kaveski, I. D., Politelo, L. & Godoy, N. N. (2014). Evidenciação do arrendamento mercantil financeiro das empresas listadas no novo mercado da BM&FBovespa. **Gestão & Regionalidade**, 30(88), p. 4-18.

Bruzoni Júnior, A. C., Ott, E., Coelho, D. M., Menegat, L. A. & Webber, F. L. (2017). Persistência e Value Relevance dos Resultados Contábeis com a Adoção das IFRS: Um Estudo em Empresas de Países do GLENIF. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 36(3), p. 33-51.

Calixto, L. (2010). Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. **Contabilidade Vista & Revista**, 21(1), p. 157-187.

Cardoso, R. L., Mendonça Neto, O. R., Riccio, E. L. & Sakata, M. C. (2005). Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, 45(2), p. 34-45.

Carmo, C. H., Ribeiro, A. M. & Carvalho, L. N. (2011). Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, 22(57), p. 242-262.

Carvalho, L. N., Lemes, S. & Costa, F. M. (2012). **Contabilidade internacional: aplicação da IFRS 2005**. 1. ed. São Paulo: Atlas.

Cavaliere-Rosa, G. & Tiras, S. (2013). Brazil's adoption of IFRS: fertile ground for examining earnings management. **Brazilian Business Review**, 10(4), p. 141-156.

Coelho, C. M., Niyama, J. K. & Rodrigues, J. M. (2011). Análise da Qualidade da Informação Contábil Frente a Implementação dos IFRS: Uma Pesquisa Baseada nos Periódicos Internacionais (1999 a 2010). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, 6(2), p. 7-20.

Corrêa, A. A. & Szuster, N. (2013). BR GAAP x IFRS: divergências das demonstrações contábeis nas instituições financeiras. **Pensar Contábil**, 15(58), p. 14-23.

Cunha, P. R., Santos, V. D., Hein, N. & Lyra, R. L. (2013). Reflexos da Lei n.º 11.638/07 nos indicadores contábeis das empresas têxteis listadas na BM&FBovespa. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, 7(2), p. 112-130.

Da Silva, P. C., Weffort, E. F., Peters, M. R. & Cia, J. N. (2010). Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento: a percepção dos profissionais do setor. **Contabilidade Vista & Revista**, 21(2), p. 69-94.

Dos Santos, A. C., Starosky Filho, L. & Klann, R. C. (2014). Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no value relevance das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 11(22), p. 95-118.

Figlioli, B., Lemes, S. & Lima, F. G. (2017). IFRS, sincronicidade e crise financeira: a dinâmica da informação contábil para o mercado de capitais brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, 28(75), p. 326-343.

Gil, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Gordon, E. A. (2019). Avanços e oportunidades na pesquisa contábil internacional. **Revista Contabilidade & Finanças**, 30(79), p. 9-13.

Ikuno, L. M., Niyama, J. K., Botelho, D. R. & Santana, C. M. (2012). Contabilidade internacional: Uma análise da produção científica nos principais periódicos internacionais da área - 2000 a 2009. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 6(15), p. 142-163.

Kielso, D. E., Weygandt, J. J. & Warfield, T. D. (2014). **Intermediate Accounting: IFRS** edition. 2. ed. New Jersey: Wiley.

Klann, R. C. & Beuren, I. M. (2015). The Impact of the International Accounting Convergence on Income Smoothing in Brazilian Companies. **Brazilian Business Review**, 12(2), p. 1-25.

Klann, R., Beuren, I. M. & Hein, N. (2009). Impacto das diferenças entre as normas contábeis brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras com ADRs. **Brazilian Business Review**, 6(2), p. 154-173.

Kolozsvári, A. C. & Macedo, M. A. (2018). A relação entre suavização, persistência e a adoção dos IFRS. **Revista Brasileira de Finanças - RBFIn**, 16(2), p. 251-284.

Lourenço, I. M. & Branco, M. E. (2015). Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, 26(68), p. 126-139.

Matos, E. B. & Murcia, F. D. (2019). Contabilidade e Arrendamento Mercantil/'Leasing': Revisão da Literatura Nacional e Internacional (2000-2018). **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, 13(1), p. 68-88.

Matos, E. B., Niyama, J. K., Araújo Neto, L. M. & Marques, M. M. (2012). Congresso ANPCONT: análise bibliométrica descritiva e avaliativa dos artigos publicados de 2007 a 2011. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 31(3), p. 73-88.

Mendonça Neto, O. R., Riccio, E. L. & Sakata, M. C. (2009). Dez anos de pesquisa contábil no Brasil: análise dos trabalhos apresentados nos ENANPADs de 1996 a 2005. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, 49(1), p. 63-73.

Niyama, J. K. (2010). **Contabilidade internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Niyama, J. K. & Silva, C. A. (2013). **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Oliveira, V. A. & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, 22(56), p. 155-173.

Peleias, I. R., Caetano, G., Parisi, C. & Pereira, A. C. (2013). Produção científica sobre controle interno e gestão de riscos no EnANPAD e Congresso USP: análise bibliométrica no período 2011-2011. **Revista Universo Contábil**, 9(4), p. 29-49.

Pires, C. O. & Decourt, R. F. (2015). Os impactos da fase final de transição para o IFRS no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, 17(54), p.736-750.

Ribeiro, H. C. (2014). Quinze anos de produção acadêmica do tema Contabilidade Internacional: uma análise bibliométrica em periódicos brasileiros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, 8(3), p. 326-343.

Ribeiro, H. C. (2016). Produção acadêmica do tema “Lei 11.638/07” divulgada em periódicos nacionais da área contábil entre os anos de 2008 a 2014. **Pensar Contábil**, 18(65), p. 51-66.

Rodrigues, J. M. (2012). **Convergência contábil internacional: uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB**. Tese submetida ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN).

Santana, A. G. & Klann, R. C. (2016). Conservadorismo contábil e a adoção das IFRS: evidências em empresas brasileiras familiares e não familiares. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 35(1), p. 35-53.

Santos, E. S. & Calixto, L. (2010). Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **RAE Eletrônica**, 9(1), p. 1-26.

Santos, E. S., Ponte, V. M. & Mapurunga, P. V. (2014). Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, 25(65), p. 161-176.

Silva, J. P., Bonfim, M. P., Niyama, J. K. & Silva, C. A. (2017). Adoção ao padrão IFRS e earnings quality: a persistência do lucro das empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 11(29), p. 46-55.

Silva, P. Y. & Fonseca, M. W. (2015). Earnings management: Empirical study in Brazilian and Portuguese companies before and after the adoption of IFRS. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, 12(3), p. 193-209.

Sousa, L. M., Castro, L. A., Viana Júnior, D. B., Domingos, S. R. & Ponte, V. M. (2018). Conservadorismo condicional e adoção das IFRS: uma análise nas empresas brasileiras de capital aberto. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 37(3), p. 21-35.

Sousa, E. F., Sousa, A. F. & Demonier, G. B. (2016). Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no Conservadorismo Contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, 10(2), p. 136-147.

Souza, F. & Lemes, S. (2016). A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, 27(71), p. 169-184.

Weffort, E. F. J. (2005). **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influências dos sistemas jurídico e educacional. da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas.

¹ O Brasil adotou o Regime Tributário de Transição (R.T.T.) para segregar a Contabilidade Societária da Contabilidade Fiscal de acordo com o que foi estipulado pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09.